O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA

RESUMO
Gestão democrática é a forma de gerir uma instituição de uma maneira que possibilite a participação de todos os envolvidos na mesma, com transparência e democracia. Este tipo de modelo de gestão representa um grande desafio na operação das políticas da educação e no cotidiano escolar. A escola pública ainda é vista pelos usuários como propriedade do governo ou do pessoal que nela trabalha.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Escola Pública; Governo.

ABSTRACT
Democratic management is the way to manage an institution in a way that enables the participation of all those involved in it, with transparency and democracy. This type of management model represents a great challenge in the operation of education policies and school every day. The public school is still seen by users as government property or the personnel who work there.

Keywords: Democratic Management; Public school; Government.

INTRODUÇÃO

Como foi brevemente relatado, no Brasil a escola tem estado, até nossos dias, a serviço de uma camada da sociedade que tenta perpetuar seu poder, e mais, procura definir os meios econômicos da população. Percebe-se claramente que há uma continuidade da instituição escola em servir, juntamente com os setores econômicos da sociedade, a uma pequena parcela da sociedade.

O Projeto para a educação, assim, apresenta-se como econômico, porque visa à preparação de mão-de-obra para o trabalho. Este projeto tem sido considerado por teóricos como Pablo Gentili, hegemônico do ponto de vista dos bens de produção e individuais do ponto de vista social e de acessos a tais bens. Educadores fazem uma análise da escola e de seus condicionantes que nos levam a questionar ações por parte do estado nas últimas décadas:

A análise que o fórum nacional em defesa da escola pública faz, no III Coned, alerta-nos para algumas discussões, dentre elas, o fato de procurar compreender por qual viés tem passado a educação. Afinal, o estado tem priorizado o político social ou o econômico em se tratando de política educacional?

Por certo, as ações por parte do estado, que se direcionam a educação, têm sido elaboradas de forma intencional e objetiva. Os interesses das políticas educacionais são pontuais, desde a perpetuação do poder do Império até os enfoques mercantilistas e economicistas da atualidade. A educação tem sido uma "arma" do estado contra as forças opositoras ao poder estabelecido.

O movimento popular no Brasil há muito vem denunciando essas condições da educação e o caráter economista que os governos têm atribuído a ela. Saviani (1997) vai além, afirma que muito mais que impor seus interesses, a elite prepara ideologicamente os que vão mantê-la no poder:

Atualmente, o quadro não tem sido diferente. Os dilemas e impasses do setor educacional é, inicialmente, um problema relacionado à crise da própria proposta político- pedagógico para a formação da população brasileira.

Historicamente, a escola vem relatando e defendendo que seu papel é o de formar os indivíduos para a sociedade. Essa mesma sociedade da forma como está estruturada não comporta os homens e mulheres com saberes e entendimento da vida que na escola aprendem.

O problema está fundamentado num sistema econômico ideológico que, ironicamente, a própria escola contribui para se propagar. Seu projeto pedagógico não tem uma análise social do homem na sociedade em que vive. Mas sim, a ação humana sobre ou sob a sociedade produtiva.

Anteriormente, Saviani (1997) afirma que a educação serviu de inculcação ideológica. Segundo a autora, a escola tem sido utilizada na manutenção de um determinado modelo ideológico/econômico. Que inculcação ideológica tem permeado a escola nos últimos anos? No

seu fazer pedagógico, a escola fala em nome de quem? Pretende-se aqui afirmar que a escola brasileira vem percorrendo desde o final do século XX os ideários neoliberais.
Sabe-se que há resistências no campo progressista educacional, mas a política que se afirma na educação nacional não foge à regra do campo ideológico neoliberal.

O neoliberalismo configura-se:
"Um complexo processo de construção hegemônica. Isto é, como uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional etc. e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos significados sociais, a partir dos quais legitimam as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossa sociedade." (GENTILI, 1996, p.47).

Os teóricos neoliberais afirmam que o capitalismo está em crise, e que isso é passageiro. É preciso, segundo eles, rever a conjuntura e rearticular as relações capitalistas. Pensar novas formas de reorganizar o capitalismo é a única saída e o neoliberalismo assume esse papel.
Outra característica neoliberal é a compreensão de que o mercado é o único setor e instrumento capaz de regular os interesses e as relações sociais. O setor público, no caso o estado, é responsável por toda a crise pela qual a sociedade passa. Essa é à base de sustentação do neoliberalismo: o estado é insuficiente para administrar o setor público, enquanto o setor privado é considerado altamente eficiente.
No setor educacional não parece novidade o que o governo vem fazendo com a educação pública. Alega insistentemente que a escola pública está ruim e que seus trabalhadores precisam de formação adequada. Por outro lado, são mínimos os salários desses profissionais. Outra característica neoliberal na educação são as chamadas "ajudas" às famílias para que mantenham os filhos da escola. O estado deveria sim, está promovendo políticas públicas de geração de emprego e qualidade de vida da população. Ao contrário, submete a população excluída à manutenção da exclusão, e mais, fortalece os ideários da privatização da educação.
Na verdade, para os neoliberais, a educação passa por uma crise de eficiência, eficácia e produtividade. Segundo eles, a expansão tão almejada pelo setor progressista vem ocorrendo de uma forma desordenada. Os estabelecimentos de ensino não apresentam qualidade e sua ação pedagógica e gestão administrativa se caracteriza pela improdutividade. Os neoliberais afirmam que a escola não vive mais a falta de democratização e sim uma crise de cunho administrativo. Assim se encontra o setor educacional, administrado por quem não sabe. Os seus administrados são os professores que por sua vez, representam a ineficácia do estado. Esta lógica também afirma que recursos financeiros não faltam, o que falta é uma melhor distribuição e uso adequado dos mesmos.
Além de afirmar que o estado é assistencialista e ineficaz, os neoliberais defendem a retirada do setor público da área administrativa de políticas sociais, este não teria "competência" para tal.
Nesta visão, é preciso reformar. E foi isso que aconteceu com a educação brasileira nas duas últimas décadas. O estado controlou e reformou a constituição federal de l988 com a emenda constitucional nº. 14, que fundamentou a lei 9424/96 – FUNDEF. Esta lei possibilitou a municipalização do ensino fundamental e delegou as prefeituras a mercantilização da educação, quando estabelece o número de aluno x arrecadação. Outro exemplo foi à promulgação da LDB 9394/96 que derrubou de vez a expectativa de se criar um sistema nacional de educação, que teria um caráter unificador de propostas educacionais para a população brasileira considerando, certamente, os fins sociais do ensino.
Vale lembrar, também, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Estes por sua vez, são altamente contraditórios e reforçam segundo Nereide Saviani (1997), a fragmentação do ensino e formação para ao trabalho: "As finalidades da educação escolar, portanto, reduzem-se à aprendizagem de conhecimentos, úteis, imediatamente aplicáveis, tanto nas possíveis atividades profissionais, quanto na convivência social. Como fica nesse contexto a formação integral da personalidade, a formação da cidadania? Ou o cidadão que se quer formar é aquele submetido ao

mercado?" (NEREIDE SAVIANI, 1997, p.25).

Por último, sem esgotar os exemplos, pode-se citar o Plano Nacional da educação, que após muitas lutas e discussões de intelectuais, professores e entidades membros do fórum nacional em defesa da escola pública, foi elaborado o "Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira" (CONED, l996). Nesse caso, mais uma vez, o governo federal atropelou a proposta oriunda da sociedade civil organizada aprovando seu próprio plano de educação, vetando inclusive de última hora, nove artigos, seis deles, referentes a financiamentos.

A educação na atualidade vive problemas de ordem ideológica estrutural, que perpassam o sistema econômico vigente. Influenciada por esses ideários, a escola encontra-se num verdadeiro "beco sem saída". E reproduz a chamada ideologia dominante neoliberal. Um bom exemplo disso são os chamados controles escolares sugeridos pelo MEC. O Provão tem sido preconizado nas escolas superiores como um instrumento que define o bom profissional para o mercado de trabalho, através das notas obtidas. Há cursos e escolas que preparam aulas e cursinhos específicos para os alunos se saírem "bem no provão".

Na educação básica não é diferente, o governo se utiliza de avaliações para provar que o ensino é ruim e os educadores compactuam com isso. Não se trata aqui de negar completamente o sistema avaliativo da educação.

E sim, argumentar que os profissionais da educação o executam, sem ao menos analisarem e estabeleceram discussões sobre o que está por detrás dos ideários do estado em ser flexível no processo (na LDB tudo pode) e controlador na saída (Saeb, Provão, Enem). Já se pensou no que o governo pretende fazer com os resultados dessas avaliações ou o que já vem fazendo?

Já se pensou que o que o estado quer é avalizar a forma como vem desobrigando-se de suas responsabilidades com a educação nas últimas décadas? Será que os resultados desse "controle" têm servido para transformar qualitativamente o ensino ou para reformar segundo os ideários neoliberais?

A instituição escola se corporifica através de seus profissionais que carecem de tomar a frente do projeto político da escola e não permitir o uso ideológico que vem se perpetuando ao longo da história do Brasil. Faz-se necessário, como afirma Dermeval Saviani (1997), "impor uma resistência ativa". Homens e mulheres trabalhadores na escola precisam acreditar nessa instituição e mudá-la a partir de suas ações politizadas em nome de um povo mais consciente.

"A resistência ativa é uma arma na luta pela transformação da deficiente estrutura educacional brasileira. Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira". (DEMERVAL SAVIANI, 1997, p.71).

Não se pode continuar com a dívida histórica da formação do povo brasileiro. Se até a república o ensino foi dogmático, o ensino contemporâneo não é diferente. A escola continua ainda, defendendo o interesse de minorias, relegando para segundo plano o social e priorizando o setor econômico da sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO

Uma Nação só é verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos têm acesso a uma educação de qualidade.

A educação é a base para o desenvolvimento social e político. Ela promove crescimento econômico e é uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade, reduzir a criminalidade e promover a Paz. Contudo, ao olhar para o cenário atual da educação brasileira, fica claro que estamos muito longe desse ensino de qualidade. Segundo dados do Inep, hoje, 97% dos alunos têm acesso ao Ensino Fundamental, mas apenas 52% deles conseguem concluí-lo.

Quando se fala em alfabetização, os números preocupam ainda mais. O Saeb de 2003 mostra que apenas 4,8% dos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental estão plenamente alfabetizados, 39,7% está medianamente e 55,5% não estão corretamente alfabetizados. Ou seja, a grande maioria dos estudantes brasileiros passa pelo Ensino Fundamental sem, ao menos, aprender a ler e entender um texto

simples.
Mudar este cenário é possível e depende do esforço de todos e de cada um. Passar da educação que temos para a educação que queremos depende, fundamentalmente, de uma nova atitude e de conquistas do dia-a-dia por parte de alunos, professores, pais, cidadãos e governo. É uma longa trajetória, que depende de atitudes concretas, desenvolvidas dentro de um planejamento integrado, que permita a unidade de propósitos e a continuidade de motivações e ações.
O Brasil precisa fazer da educação sua prioridade número um, se quiser oferecer às novas gerações um futuro melhor e criar as condições necessárias para seu desenvolvimento social e econômico. Como aparece na Declaração de
Jomtien, "se quisermos ter educação de qualidade para todos, temos que ter Todos pela qualidade da educação".

O AFUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
É uma obviedade, quase uma tautologia, aos olhos de qualquer pessoa medianamente bem-educada, afirmar-se que a educação constitui um elemento essencial na qualificação produtiva e na prosperidade de qualquer país, avançado ou em desenvolvimento. Ela constitui, também, o principal fator de inserção nos mercados de trabalho, no plano individual, e um elemento chave do perfil distributivo nacional, quando se considera a repartição social da renda.
Segundo Almeida (2007) parece haver um acordo tácito na sociedade quanto a isso. Mas esse consenso é falso. Não existe terreno comum entre duas abordagens opostas quanto ao papel da educação no processo de desenvolvimento. O Brasil constitui uma prova viva disso. O desentendimento começa no próprio enunciado das finalidades da educação, tal como expresso acima.
De um lado, um grupo, mais identificado com os próprios educadores, considera que a educação tem um papel "libertador", no plano pessoal, e que os indivíduos têm de ser educados numa visão humanista, acima e além das exigências "do mercado", que no mundo capitalista pretenderia apenas, segundo representantes desse grupo, que a escola seja "produtora" de trabalhadores treinados para as empresas.
De outro lado, pesquisadores identificados com o desempenho adequado do processo produtivo pretendem, justamente, que a mão-de-obra seja a mais qualificada possível; não apenas para atender às necessidades das empresas, mas também para melhorar os níveis de produtividade da economia como um todo, pois isto se traduziria em riqueza social e prosperidade para o país e para a sua população, com reflexos na distribuição de renda.
Posso estar simplificando a dicotomia, mas ela representa, grosso modo, duas visões do mundo que parecem contrapor-se na atualidade.
Parece evidente, aos olhos de quem observa a realidade presente no Brasil, que os rumos da educação no país vêm sendo determinada pelo primeiro grupo; uma grande comunidade de trabalhadores dos setores público e privado, formada por burocratas do MEC, por pedagogos de várias afiliações, por professores, administradores, sindicalistas, pesquisadores ou por simples curiosos, sem contar os políticos e outros líderes comunitários que "vivem" da educação.
Na visão de Almeida (2007) não é novidade para ninguém que a qualidade da educação no Brasil vem se deteriorando a olhos vistos nos últimos tempos. Pode ser que não exista nenhuma relação de causa a efeito entre essas duas realidades, mas o tema é suficientemente grave para merecer uma reflexão.
Tendo estas realidades em mente, pretende-se tratar, no capítulo seguinte, alguns problemas atuais da educação no Brasil, com um enfoque ligeiramente negativo, ou razoavelmente pessimista como o próprio título deixa sugerir. Isto não deve causar espanto, uma vez que fazer elogios por algum sucesso não contribui em nada para a melhoria daquilo que está indo bem; apenas fazem com que os seus responsáveis se acomodem nas situações estabelecidas, deixando de introduzir as mudanças necessárias para que um desempenho determinado se dê de maneira ainda mais efetiva.
Apenas aprendemos com erros e fracassos, que nos ajudam a corrigir nossas insuficiências mais gritantes. O que nos parece ocorrer atualmente, no caso da educação brasileira, é justamente um quadro de resignação e de acomodação com os péssimos resultados do setor, em vários níveis, evidentes em quais-

quer tipos de medidas objetivas que possam ser feitas. (Almeida, 2007).

A ESCOLA NUMA VISÃO CONTEXTUALIZADA
Na escola, de maneira geral, não há ciência nem posicionamento social. A razão que motiva o professor a refletir sobre suas metodologias de ensino tornou-se sintoma de loucura, confirmado por injustas sociais e ineficazes em quase todos os aspectos que se analisem. Algumas tentativas buscam a importação de modelos da pratica educativa de outros países. E isso só é possível através de uma reflexão sobre isso só é possível através de um a reflexão sobre a prática de ensino.
Muitas lutas vêm sendo assumidas por educadores e políticos na denúncia da função seletiva discriminatória das notas e conceito e dos sérios prejuízos decorrentes das classes populares. Essas medidas minimizam o prejuízo educacional com função burocrática, punitiva e obstaculizante.
A educação tem perspectiva de construção de conhecimento, e parte de premissas básicas como: confiança na possibilidade de os educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses.
Tudo isso, dinamiza oportunidades de ação e reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir da formulação de respostas.
Miguel Arroyo (2001) em oficio de mestre: imagens e autoimagens, diz que
"à escola foi reduzida a ensino e os mestres a ensinantes. Desvalorização do campo educativo e do saber profissional leva a desvalorização da categoria frente ao governo e sociedade de cada nova ideologia nova moda econômica ou política, cada novo governante e até agencias de financiamento se julgam no direito de dizer o que somos o que devemos ser definir nosso perfil, nossos saberes e competências e redefinir o currículo". (ARROYO, 2001, p.102.).

Somos professores. Somos e não apenas exercemos uma função docente. Os tempos de escola invadem outros tempos. Levando as angústias e sonhos da escola para casa e vice-versa. O discurso do profissionalismo é ambíguo: para a categoria pode significar reconhecimento e valorização; para o lado social pode significar a justificativa para adiar esse reencontro.
Somos a imagem que fazem do nosso papel social, não o que teimamos ser, esse processo social é lento e complicado, entre imagens e autoimagens.
Os professores de primeira a quarta series carregam uma imagem difusa, pouco profissional; Os professores de quinta a oitava séries do ensino fundamental e do ensino médio tem outra imagem social, conferida por sua competência técnica em sua área, porém não se afirmam como docentes, como educadores; Já no nível superior os docentes e seus saberes têm um estatuto social reconhecido.
Quando a visão da escola e de seus educadores se reduz apenas a aprender habilidades, saberes, domínios de matérias, o ensinar e os ensinamentos também ficam empobrecidos.
A recuperação do sentido do nosso oficio está em reinterpretá-lo como oficio de ensinar a sermos humanos.
Segundo Gabriel Chalita (2003),
"as palavras são armas que isenta ânimos, coragem, sensibilidade, talento. Dessa forma, podemos definir o amplo leque de sentidos e potencialidades da palavra educação, cuja beleza está em desvendar novos amanhãs e promissores horizontes". (CHALITA, 2003, p. 67).

Qualidade social da educação significa para nós, garantir a todo cidadão (indiferente de raça, cor, religião e padrão social econômico), o acesso ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado, como instrumento de compreensão do mundo, das relações com a natureza, com a cultura e a sociedade e de emancipação individual e coletiva, na perspectiva de construir uma sociedade justa igualitária. Nosso propósito visa considerar o sujeito como sujeito de direitos e a educação como direito social.
De fato, pouco a pouco, as coisas se movem, envolvem, se transformam. A escola como a fábrica, a família, o hospital, como a sociedade toda não existe como uma coisa fixa, parada, imutável.
A escola de hoje, apesar de todos os seus defeitos e deformações, não é mais a mesma de 10, 20, 50 anos atrás. Ela não é estática nem intocável, a forma que a escola assume em cada momento é sempre o resultado precário e provisório de um movimento permanente

de transformação, que é continuamente impulsionado por tensões, conflitos, esperanças e tentativas alternativas. Em função das pressões dos grupos sociais, das inovações cientificas, ou das próprias necessidades da economia, a escola muda, adaptando-se sempre aos novos tempos.
Assim de tanto fazermos críticas a experiência da desigualdade e o aprendizado da dependência, acabamos por perder nossa capacidade de trabalhar, de criar, de viver em comunidade. Acabamos por perder nossa visão crítica da realidade, nosso poder de imaginação e construção e alternativas.
A grande maioria das reformas e inovações pelas quais passa a escola são simples retoque de fachada: prédios mais modernos, programas mais atualizados, exames menos cretinos que os testes de múltipla escolha, utilização de métodos audiovisuais, etc. Estas novidades não tocam o essencial: o conhecimento continua a ser transmitido do professor que sabe aos alunos que são ignorantes. Este conhecimento que vem de livros ou da palavra do professor, e nunca da pesquisa ou experiências dos próprios alunos, é recebido, memorizado, repetido e arquivado. Não é jamais descoberto, testado e criado pelos que estão ali para aprender. Em consequência, aquilo que a escola ensina pouco ou nada tem a ver com a vida, com a experiência, com as necessidades e com os interesses os educandos. Em todo canto educadores, motivados uma profunda insatisfação com estas práticas educativas domesticadoras, tem tentado instaurar uma relação mais autentica e dinâmica com seus alunos, procurando desenvolver sua criatividade e autonomia.
Apesar de seus pontos de práticas e quadros de referências diversos, estas pedagogias alternativas têm todas em comum à tentativa de inverter o processo educativo: o conhecimento, ao invés de ser transmitido pelo professor ao aluno, passa a ser o resultado de pesquisas e experiências vividas e analisadas.

ALGUMAS SAIDAS PARA A EDUCAÇÃO

Uma primeira perspectiva, centrada sobre o aluno, procura articular toda a vida escolar. Em torno da atividade dos alunos. Não se trata mais de transmitir conhecimentos ou seguir um programa oficial, mas sim de fornecer recursos e instrumentos aos alunos. Para que eles possam reagir ao seu meio ambiente e construir, pouco a pouco as noções próprias. A seu desenvolvimento intelectual. A partir dessa premissa, torna-se evidente que ensinar só tem sentido se o educador é capaz de se colocar a disposição do aluno de se adaptar a sua linguagem a sua conduta e a seus modos de socialização.
As experiências de escolas “ativas” ou escola “nova”, promovidas por educadores como M. Montessori, C. Freinet ou E Decroly, que havia posto em prática estes princípios, em suas próprias salas de aula, continuam até hoje a ser um ponto de referência. As noções de investidas, criatividade e atualidade ainda são inovadas e ameaçadoras, num sistema escolar que continua apesar de tudo que foi dito, repetido e provado, a defender a idéia falsa de que é o aprendizado que causa o desenvolvimento do aluno, ao invés de reconhecer, com a psicologia genética, que é o desenvolvimento da criança que permite o aprendizado.
Paralelamente a essa concepção pedagógica centrada no desenvolvimento intelectual do aluno, existe de maneira muitas vezes complementar, a preocupação de privilegiar sua evolução sócia afetiva.
Como demonstrou Piaget (1992), da mesma forma que a criança funciona mentalmente segundo estágios de desenvolvimentos que estão na origem de sua aquisição de noções, ela vive também um processo de crescimento afetivo e social caracterizado por uma progressão de estágios ou de etapas constitutivas de sua personalidade. Seu comportamento na sala de aula, sua atitude em relação ao professor, sua disponibilidade e motivação para os deveres escolares dependem da maneira pela qual ela vive seu próprio desenvolvimento.
Nessas condições, a falta de sensibilidade dos educadores em relação ao amadurecimento afetivo de cada aluno. Está na raiz de muitos conflitos, bloqueios, frustrações e fenômenos de dependência que interferem constantemente com a prática escolar. Inversamente os educadores que se preocupam em respeitar essa dimensão afetiva e social são levados espontaneamente a modificar os programas e a organização de sua classe.
Nestas duas primeiras tendências que invocamos, defrontamo-nos com uma orientação pedagógica constantemente preocupada em reinventar a pratica escolar a base da eluci-

dação das necessidades próprias às crianças e de maneira mais genérica dos participantes de qualquer processo de formação.
Sob a influência da psicanálise e da psicoterapia. Uma terceira corrente questiona o papel do professor, isto é, o lugar ocupado pelo adulto na relação pedagógica de fato, numerosos estudos têm mostrado a importância dos investimentos afetivos vividos pelos professores se deem conta destes fenômenos. Incapazes de compreender e controlar os conflitos e tensões que nascem da relação professor aluno, a insegurança de muitos educadores o faz afirmar-se adotando uma atitude autoritária e burocrática.

As relações, por vezes violentas de alguns mestres contra a noção de não diretividade mostram que muitos professores ao defender a hierarquia, atribuem mais importância às regras de comportamento da classe. Ao invés de procurarem-se com seus próprios sentimentos de poder, de identificação ou de insegurança diante dos alunos.
Mais recentemente, tem também havido casos de professores que caíram no extremo oposto, para se fazer aceitar pela classe, renunciam inteiramente a seu papel de educadores, procurando confundir-se com os alunos numa atitude demagógica que só faz agravar o mal-estar à incerteza dos educandos.
Outros educadores esforçam-se por desenvolver uma vida de grupo dentro de sua sala de aula. Seu objetivo é fazer com que a classe se transforme num grupo solidário e consciente. Para isso favorecem a constituição de diferentes grupos de trabalho, responsáveis coletivamente pela realização das tarefas escolares. Dentro desta ótica, a relação professor-aluno se amplia numa perspectiva de valorização da vida social de classe e de estimulo ao desenvolvimento dos alunos a partir de sua experiência de vida e trabalho em grupo.
Todavia os educadores que se lançaram neste tipo de iniciativa sabem quantas dificuldades tiveram de enfrentar em virtude dos hábitos escolares já adquiridos pelos alunos e do ritmo de trabalho imposto pelos programas e horários oficiais.
Por outro lado, os controles hierárquicos nos quais os professores são submetidos também já fizeram fracassar experiências deste tipo, que estão em contradição flagrante com o modo de organização imposto pelo sistema educativo oficial.
Uma quinta corrente que prolonga à anterior é a da chamada pedagogia institucional, cujo objetivo é o de tentar quebrar as normas e proibições burocráticas que impedem qualquer tentativa de reorganização da vida grupo classe. Esta restauração da vida escolar só é viável se o professor opta por integrantes de uma classe se experimentam na autogestão dos programas, atividades métodos e formas de organização do trabalho e acontecimentos vividos pela classe.
Por sua própria radicalidade esta pedagogia é praticamente no interior do sistema oficial de ensino. Daí por que ela costuma ser praticada nas turmas ditas “marginais”, compostas por alunos considerados problemas onde a pressão institucional é menos forte porque ninguém se interessa por sua sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento de um país, pois é através da educação que um país atinge melhores desempenhos, tanto em áreas como: saúde, tecnologia e etc., e também em relações a melhorias no nível de renda, empregos e qualidade de vida para a população.
A primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses ao território do Novo Mundo. Os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação.
Até o período republicano, não houve uma grande mudança no modelo educacional no Brasil.
Com a promulgação da Constituição de 1988, as LDBs anteriores foram consideradas obsoletas, mas apenas em 1996 o debate sobre a nova lei foi concluído.
Através de nossa pesquisa, pudemos perceber a importância da gestão e sua participação ativa para o bom desenvolvimento da escola e da educação em si. A participação na gestão da escola implica no poder real de tomar parte ativa no processo educacional, tanto no nível microssocial como nos macros social, por parte de todos os envolvidos nesse processo, ou seja, os alunos, pais de alunos, professores, administradores do sistema edu-

cacional e da escola e inclusive grupos sociais organizados.
Como diz Sánchez (1979) esta participação implica em que estes agentes tenham um papel ativo nas decisões sobre a elaboração das políticas educacionais, sua execução e o controle de sua aplicação.
Em suma, apesar dos obstáculos teórico-empíricos à democracia institucional representados pela "lei de ferro da oligarquia" que pretende justificar a inviabilidade da democracia nas instituições e organizações através dos argumentos da eficiência e da apatia das massas, há contra-argumentos suficientes para se fundamentar e defender a democracia institucional ou organizacional.
Argumentos de natureza filosófica, política, psicológica, sociológica e pedagógica justificam a adoção da democracia institucional nas escolas, operacionalizada através da implantação do conselho deliberativo constituído por representantes de suas três principais comunidades de cidadãos que são os estudantes, os professores e os pais.
A situação da educação no Brasil apresentou melhorias significativas na última década do século XX: houve queda substancial da taxa de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar (taxa de escolarização). No entanto, a situação da educação no Brasil ainda não é satisfatória, principalmente em algumas das cinco grandes regiões do país.
Do que se tratou nesta pesquisa, ressalta-se a importância de conhecer a fundo as correntes educacionais, das quais tanto se fala no senso comum pedagógico e pouso se reflete na prática da formação de professores as análises consistentes sobre elas. As reflexões aqui apresentadas nos levam a considerar os princípios da escola ativa, chamada também escola nova. A relevância do estudo sobre esta corrente é tão grande quanto a sua influência nos meios educacionais e pedagógicos, tanto no passado quanto atualmente.
Sabe-se hoje que a escola nova é uma tendência que já não existe como tal, ou seja, ela é estudada como um item da História da Educação. No entanto ressaltamos que a sua influência se encontra atualizada por toda literatura, práticas e imaginários educacionais influenciados pela idéia da escola ativa, pelos discursos do “aprender a aprender”, típicos de muitos autores e tendências construtivistas.

REFERÊNCIAS

I CONED – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Relatório com as Diretrizes do I Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte, 1997.

III CONED – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Relatório III Coned. Plano Nacional de Educação. Porto Alegre, RS, 1999, p. 7-19.

ALMEIDA, Paulo R. O Afundamento da Educação no Brasil. Revista Espaço Acadêmico. Nº. 70, ano VI, Março/2007. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acessado em 09/Maio/2020

ARROYO, M. Oficio de Mestre. Imagens e autoimagens. Petrópolis:
Vozes. 2001.

BELLO, José Luiz P. Educação no Brasil: a História das Rupturas, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm#texto>.
Acesso: 11/Maio/2020.

BRASIL – MEC – Secretaria da Educação Fundamental. PCN: 5ª A 8ª Séries; Introdução aos Parâmetros Curriculares; MEC/SEF, 1998.

BRASIL – MEC – Secretaria da Educação Média e Tecnológica. PCN:
Ensino Médio. MEC/SEMT, 1999.

BILHÃO, Isabel (org.). Visões do Brasil: Realidade e Perspectivas. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2001.

CHALITA, Gabriel B. I. O Poder de Fogo da Educação. In: Revista FAPESP, Edição 85, Março 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários Á Prática Educativa. São Paulo:
Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. Educação como Pratica da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GADOTTI, M. A autonomia como Estratégia da Qualidade de Ensino e a Nova Organização do Trabalho na Escola. In L. H. da Silva e J. C. de Azevedo (orgs.), Paixão de Aprender II. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARDNER, H. Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas.
Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GENTILLI, A. A. & SILVA, Tomaz T. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

HERNANDEZ, F. Transgressão e Mudança na Educação: Os Projetos de Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIMA, Lauro O. Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho.
3ª. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363 p.

MARCHESI, A; MARTINS, E. Qualidade do Ensino em Tempos de Mudança. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MEC/SESU. Relatório de Gestão, 2004. Disponível em: http//www.merc.gov.br/SESu – Acessado em 01/Jun./2013.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. 8ª. ed.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 6ª.
ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, VYGOTSKY e WALLON: Teorias psicogenéticas em discussão.
São Paulo: Summus, 1992.

PILLETTI, Nelson. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1o grau. 22ª.
ed. São Paulo: Ática, 1996.

PILLETTI, Nelson. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2o grau. 3ª.
ed. São Paulo: Ática, 1995.

PILLETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. 6ª. ed. São Paulo:
Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza O. História da Educação no Brasil. 13ª. ed.
Petrópolis: Vozes, 1991.

SÁNCHEZ de Horcajo, J. J. La Gestión Participatica en la Enseñanza (Presupuestos sociopolíticos). Madrid: Narcea, S. A. de Ediciones, 1979.

SAVIANI, Dermeval. A Resistência Ativa contra a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Revista Princípios, São Paulo: Editora Anita
Garibaldi, 1997, p. 66-72.

SAVIANI, Nereide. PCN: O que Dispõe para o Ensino Fundamental.
Caderno Pedagógico, n.º 02, Curitiba: APP/Sindicato, 1999, p. 21-29.